



**DOCUMENTOS PARA CONCESSÃO DE LICENÇA SANITÁRIA ESTADUAL  
POSTO DE MEDICAMENTOS**

LICENÇA SANITÁRIA – INICIAL:
1. <b>REQUERIMENTO DIGITADO</b> (Disponível no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://saude.se.gov.br/vigilancia-sanitaria/">https://saude.se.gov.br/vigilancia-sanitaria/</a> );
2. <b>CNPJ</b> – Atualizado do ano
3. <b>FIC</b> – Ficha de Inscrição Cadastral
4. <b>DECLARAÇÃO DA PREFEITURA</b> – Atestando que não possui nenhuma farmácia num raio de 3 KM do posto de medicamentos conforme Lei Estadual 2391/1982, art. 153 e art. 154;
5. <b>CONTRATO SOCIAL</b> – Contrato social da empresa;
6. <b>CPF E RG</b> – Do responsável legal, válido;
7. <b>ALVARÁ MUNICIPAL</b> de funcionamento e localização atualizado;
8. <b>COMPROVANTE DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA</b> – vigente, emitida pelo conselho de classe;
9. <b>DAE</b> – ( <b>DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL</b> ); emitido pela exatoria/SEFAZ e comprovante de pagamento.
10. <b>CONTRATO DE RESÍDUOS</b> – Contrato vigente com a empresa coletora de resíduos de acordo com a RDC/ANVISA 222/2018;
<b>Documentos que devem ser apresentados no ato da inspeção sanitária: (NÃO ENVIAR NO PROTOCOLO)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Certificado de controle de vetores e pragas urbanas emitido por empresa licenciada pela Vigilância/ VISA SANITÁRIA.</li><li>• Contratos com empresas terceirizadas se houver;</li><li>• POP'S – (Procedimentos Operacionais Padrões)</li><li>• PGRSS (Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde) de acordo com a RDC/ANVISA 222/2018 e assinado pelo responsável técnico.</li></ul>
<b>É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS COM PRESCRIÇÃO, INCLUSIVE OS SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL E MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS.</b>
<b>LEI 5.991 DE 1973, ART 30, § 2º – A licença prevista neste artigo será concedida a título provisório e cancelada tão logo se estabeleça uma farmácia na região.</b>



**DOCUMENTOS PARA RENOVAÇÃO DE LICENÇA SANITÁRIA ESTADUAL  
POSTO DE MEDICAMENTOS**

LICENÇA SANITÁRIA- RENOVAÇÃO
1. <b>REQUERIMENTO DIGITADO</b> (disponível no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://saude.se.gov.br/vigilancia-sanitaria/">https://saude.se.gov.br/vigilancia-sanitaria/</a> );
2. <b>CNPJ</b> – Atualizado do ano
3. <b>FIC</b> – Ficha de Inscrição Cadastral
4. <b>DECLARAÇÃO DA PREFEITURA</b> – Atestando que não possui nenhuma farmácia num raio de 3 KM do posto de medicamentos conforme Lei Estadual 2391/1982, art. 153 e art. 154;
5. <b>CONTRATO SOCIAL</b> – Contrato social da empresa com sua última alteração (se houver);
6. <b>CPF E RG</b> – Do responsável legal, válido;
7. <b>ALVARÁ MUNICIPAL</b> de funcionamento e localização atualizado;
8. <b>COMPROVANTE DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA</b> – vigente, emitida pelo conselho de classe;
9. <b>LICENÇA SANITÁRIA</b> – Última concedida;
10. <b>DAE</b> –(DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL); emitido pela exatoria/SEFAZ) e comprovante de pagamento.
11. <b>CONTRATO DE RESÍDUOS</b> – Contrato vigente com a empresa coletora de resíduos de acordo com a RDC/ANVISA 222/2018;
<b>Documentos que devem ser apresentados no ato da inspeção sanitária: (NÃO ENVIAR NO PROTOCOLO)</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Certificado de controle de vetores e pragas urbanas emitido por empresa licenciada pela Vigilância Sanitária.</li><li>• Contratos com empresas terceirizadas se houver;</li><li>• POP'S – (Procedimentos Operacionais Padrão)</li><li>• PGRSS (Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde) de acordo com a RDC/ANVISA 222/2018 e assinado pelo responsável técnico.</li></ul>
<b>É PROIBIDA A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS COM PRESCRIÇÃO, INCLUSIVE OS SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL E MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS.</b>
<b>LEI 5.991 DE 1973, ART 30, § 2º – A licença prevista neste artigo será concedida a título provisório e cancelada tão logo se estabeleça uma farmácia na região num raio de 3 km.</b>